

Entrevista com a doutora

Ana Cannas, diretora do Arquivo

Histórico Ultramarino¹

1 ana.canas@iict.pt; www.iict.pt

Beatriz Kushnir: A partir de meados dos anos de 1990, protocolos de cooperação são firmados entre Brasil e Portugal, objetivando as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Acordos que se mantiveram para o Bicentenário da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. Como desdobramento, tivemos a missão técnica de arquivistas portugueses de 1997, como também as atividades da COLUSO (Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental) e dos Projetos Resgate e Reencontro. No seu entender, que estratégias os países de língua portuguesa poderiam estruturar conjuntamente para termos um Guia dos Fundos Administrativos do Império português nas colônias? Você crê ser importante essa troca permanente? Como aproximar essas instituições e cotejar esses documentos? E como incentivar permutas igualmente acadêmicas e conceituais entre estes Arquivos e seus acervos?

Ana Cannas: Seria de toda utilidade um guia dos fundos de arquivo relativos às instituições administrativas e de governo centralizadas em Lisboa e também às sediadas nas colônias com graus variáveis de autonomia. É tarefa vasta, correspondente à extensão da presença portuguesa no mundo e à diversidade das realidades com as quais se relacionou, da África à América do Sul e à Ásia. A experiência luso-brasileira em termos de conhecimento mútuo no âmbito profissional e técnico-científico das Ciências Documentais e no terreno concreto da identificação e reprodução de documentos, corporizada na COLUSO, pode ser um ponto de partida. O desenvolvimento da historiografia luso-brasileira relativamente ao período colonial, facilitado por uma maior atenção, ainda que diversa, à preservação e ao tratamento dos acervos nos dois países nas últimas décadas, tem contribuído para se conhecer melhor o funcionamento das instituições coloniais portuguesas até a independência do Brasil. É preciso, no entanto, continuar o tratamento arquivístico de documentação produzida nomeadamente pelo Conselho Ultramarino e pela Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos até 1834, para além da imediatamente classificada como Brasil e que se encontra sobretudo (mas não exclusivamente) no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) em Portugal, para chegar a um quadro mais rigoroso da vida dessas instituições e

da história dos respectivos arquivos, nem sempre coincidentes. Os resultados ainda preliminares do tratamento da série designada “Reino” do Conselho Ultramarino, financiado na senda do Projeto Resgate, coordenado por Esther Bertoletti, corroboram essa necessidade. Não nos poderemos esquecer, além disso, dos arquivos produzidos pelas entidades sediadas nas colônias e que, em grande medida, permaneceram após as independências nos países e comunidades da lusofonia. Referimo-nos aos arquivos de instituições mais centralizadas como, no Brasil, as da Bahia e as do Rio de Janeiro, ou as de Goa, relativamente às possessões portuguesas do Estado da Índia, de Moçambique a Macau e Timor. Mas pensamos também nos arquivos criados por órgãos de âmbito local como as Câmaras Municipais. O projeto de um guia de fundos dos arquivos da administração colonial portuguesa, mesmo circunscrito ao “Antigo Regime” em Portugal, isto é até cerca de 1834, teria ainda de atender às realidades de cada país e instituição detentora e às suas próprias prioridades que, em alguns casos, parecem passar pela criação ou melhoramento das condições de preservação ou pelo acesso a documentação mais contemporânea. Por isto mesmo, a troca permanente de informações e conhecimentos no âmbito da COLUSO e no do Fórum dos Arquivos de Língua Portuguesa atualmente presidido pelo Arquivo Nacional do Brasil (Jaime Antunes) e vice-presidido pelo de Angola (Rosa Cruz e Silva), com secretariado no AHU – IICT, é essencial. No caso do Fórum, ainda é incipiente, mas sempre retomada. A aproximação, tanto em termos pessoais, no âmbito profissional, como terminológico ou conceitual, faz-se através de reuniões de trabalho, sessões técnico-científicas, conversas informais ou divulgação dos instrumentos de pesquisa e de estudos publicados. Assim aconteceu em reuniões daqueles organismos e durante o “Seminário Internacional Memórias Lusófonas: A partida da Corte para o Brasil”, em outubro de 2007 no AHU-IICT, do Conselho Internacional de Arquivos (CITRA, Québec, novembro de 2007), ou no Brasil em março de 2008, a propósito das Comemorações dos 200 Anos da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, no Arquivo Nacional e no “Congresso Internacional 1808: A Corte no Brasil”, na Universidade Federal Fluminense. Uma efetiva aprendizagem multilateral pode ocorrer também em iniciativas menores, como aconteceu nas conferências no AHU do Ciclo Ciência nos Trópicos proferidas por Maria Odila Fonseca, daquela universidade brasileira, ou por Rosa Cruz e Silva, diretora do Arquivo Histórico de Angola. Dito tudo isto, o projeto de um guia de fundos dos arquivos da administração portuguesa poderia ser organizado por entidades detentoras e confeccionado considerando as prioridades técnicas e as fontes viáveis de financiamento. O Fórum serviria como facilitador da coordenação geral, mas a situação arquivística concreta aconselhará modelos variáveis de coordenação e financiamento para cada país.

Beatriz Kushnir: Ao terminar o seu doutoramento, numa trajetória que mescla as formações de historiadora e arquivista, você assumiu a direção do Arquivo Histórico Ultramarino, uma instituição que remonta à Comissão de Cartografia, criada em 1883. Quais os desafios e limites entre a teoria e a prática? Que desafios os administradores e pesquisadores desses *lugares de memória* têm neste início de século e milênio?

Ana Cannas: Alguns dos desafios estão mais dependentes do contexto em que o AHU se foi inserindo. Outros são comuns a este tipo de cargos e instituições. O AHU, criado em 1931 sob a dependência direta do então Ministério das Colônias, é atualmente um dos seis centros de atividade e um dos dois serviços abertos ao público do Departamento dos Serviços de Apoio do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), herdeiro da Comissão de Cartografia e que integra outros dois departamentos, o de Ciências Naturais e o de Ciências Humanas. Quando assumi a direção do AHU, vai fazer agora três anos, o IICT estava no primeiro ano de um processo de renovação absorvente e por vezes conflituoso, que implicou a interação entre todo o instituto. Abrindo as portas a uma cultura de avaliação organizacional e individual, o IICT foi bem sucedido numa avaliação internacional em 2006 e atualmente passa pela implementação de novas formas de avaliação, comuns à Administração Pública, nem sempre imediatas de implementar até pela ausência de tradição de indicadores quantificáveis. Integrado neste processo, tendo por objetivo maior abertura ao exterior e potencializando as capacidades existentes no IICT, o AHU tornou-se palco regular de iniciativas abertas ao público, algumas das quais em articulação com as Ciências Humanas, passou a dispor de página da web, dentro do novo website do IICT, em março de 2007 e, no início deste ano, a abrir a Sala de Leitura mais 30 m / dia. Além disso, procurou-se aplicar uma política de preservação transversal ao instituto, para além das ações e intervenções de conservação e restauro, no domínio da monitorização sistemática da temperatura e humidade dos depósitos, bem como de controle das pragas, em articulação com a Universidade Nova de Lisboa. Simultaneamente, retomou-se a recuperação dos depósitos do Palácio e o seu reequipamento. No campo essencial do tratamento arquivístico, tem havido a preocupação de, reconhecendo a experiência existente, se procurar refletir antes de se optar por intervenções arquivísticas insuficientemente documentadas e que, mesmo involuntariamente, dificultam a identificação da proveniência e a pesquisa. Além disso, integrou-se na definição de prioridades o tratamento arquivístico de documentação do séc. XX e o conhecimento relativamente à documentação ainda por incorporar. Eis um domínio em que teoria e prática se tiveram de aproximar, numa ótica de salvaguarda do património para o futuro. Acaso nos ativésemos a regras estritas de identificação e higienização de documentos, prévias à incorporação, arriscava-se a perda de um património documental significa-

tivo. Uma das aprendizagens que temos feito de direção é precisamente a da avaliação de riscos, por muito empírica que ainda seja, e as respectivas consequências em termos de ordenação de prioridades. Esta aprendizagem prende-se não só com a relação entre teoria e prática, mas com a relação entre vontade ou voluntarismo e realidade, entre sonho e capacidade de identificar e ultrapassar dificuldades. No caso destes *lugares de memória*, as expectativas dos pesquisadores são, felizmente, cada vez maiores, em particular quanto a melhor e maior acesso à documentação ou informação, sem terem, no entanto, a percepção do muito trabalho prévio necessário. No caso do AHU, em que pese a colaboração externa existente e a prevista por parte da Fundação Calouste Gulbenkian quanto ao Ministério do Ultramar, é clara a premência de mais arquivistas, independentemente da forma de vínculo contratual. Desafio paralelo é o da disponibilização de instrumentos de pesquisa e de documentação na página da web, que se prevê ser impulsionada pelo projeto Arquivo Científico Tropical (ACT) transversal ao IICT. Outro desafio é o da reprodução seletiva, mas sistemática, de mais documentação do AHU face às constantes demandas individuais que esgotam a atual capacidade de resposta.

Lúcia Bastos: Você integrou uma missão técnica de arquivistas portugueses, em 1997, ao Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar documentos da administração portuguesa do período colonial, existentes em instituições brasileiras. Pode-se dizer que essa investigação foi o ponto de partida para seu brilhante trabalho, publicado recentemente, *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil* (Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2007)? Você poderia contar como foi essa experiência?

Ana Cannas: A missão técnica que, além de mim, então no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, integrou Maria de Lurdes Henriques, do mesmo arquivo, e José Sintra, do Arquivo Histórico Ultramarino, foi organizada no âmbito da Secção Portuguesa da COLUSO. A estratégia concreta de atuação partiu, por um lado, de pesquisa bibliográfica e, por outro, da análise da informação recolhida, nomeadamente através de instrumentos de pesquisa, numa missão exploratória do IAN/TT, que também integrei, a várias instituições detentoras de documentação de arquivo no Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico do Itamaraty, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Real Gabinete Português de Leitura. Em Portugal pairava um mito, remontando a umas três décadas anteriores, quanto à existência de umas caixas de documentação levada por D. João VI, esquecidas algures entre o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional. Não sendo bem assim, percebeu-se que havia documentação de arquivo transportada no contexto da transferência da Corte e Capital portuguesas que não regressara com D. João VI em 1820 e que, não sendo desconhecida,

estava menos identificada. Deste modo, para a missão técnica de 1997, definiu-se como prioritário o levantamento da documentação de arquivo produzida por organismos da administração central portuguesa, grosso modo até a independência do Brasil, a maioria da qual se encontrava no Arquivo Nacional, na chamada Coleção Negócios de Portugal. Centralizamo-nos aí por razões técnicas arquivísticas e de economia de tempo, sem menosprezar a documentação de arquivo de natureza pública e privada que havia noutras instituições brasileiras, como a Coleção Linhares ou a da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros ou a de Antônio Araújo de Azevedo, objeto de posterior reconhecimento e reprodução em colaboração com as respectivas entidades detentoras². Também em relação à Coleção Negócios de Portugal, tivemos de escolher. Optamos por fazer o levantamento a partir dos instrumentos existentes e a descrição direta dos chamados códices, na quase totalidade livros de registro efetuado freqüentemente por cópia. Deixamos então de lado a documentação avulsa, por duas razões essenciais: a primeira de natureza técnica, tem a ver com o fato de os livros de registro funcionarem como chaves de acesso à restante documentação; a segunda, organizativa, prendia-se com a produção de resultados em tempo útil. A descrição dos códices permitiu mais facilmente a reconstituição de séries ou partes de séries e o cotejamento com a documentação em arquivos portugueses, em especial no IAN/TT, viabilizando uma mais rápida escolha do que deveria ser reproduzido para Portugal (e que, no caso desta documentação do Arquivo Nacional, se traduziu em cerca de 140 rolos de microfilmes)³. Diferente era a situação da documentação avulsa, aliás rica, mas que exigia maior conhecimento da sua história custodial e arquivística e uma descrição quase documento a documento, mais morosa e cuidada quanto à atribuição das proveniências em termos do arquivo do qual fizeram parte originariamente. Foi por me ter apercebido da complexidade desta história, e do quanto poderia ajudar a identificar a documentação dispersa e distintamente organizada com a mesma proveniência, que comecei a estudá-la e acabei por enveredar por um projeto de doutoramento na School of Archives Library and Information Studies do University College London. Da tese em inglês resultou o livro a que se referiu de modo tão amável.

Lúcia Bastos: Em suas investigações e estudos, ainda que sob a perspectiva da arquivística, você traça um cuidadoso panorama da administração

2 Deve referir-se que, sem a colaboração dos colegas brasileiros, nomeadamente da Secção da COLUSO, seria mais difícil e lenta a aprendizagem que fizemos da documentação e das respectivas entidades detentoras, bem como do meio técnico e profissional. No Arquivo Nacional, além do Director Jaime Antunes, apoiaram-nos, entre outros, mais diretamente no que diz respeito à documentação dos Negócios de Portugal, Vítor Fonseca e Sílvia Ninito e, na Sala de Leitura, Sátiro Nunes. Noutras instituições, contamos com a colaboração de Esther Bertoletti, Carmen Moreno, Regina Wanderley e Lúcia Montalto Silva.

3 Ainda na sequência desta Missão e com a colaboração das entidades que integram a Secção Portuguesa da COLUSO foi selecionada documentação de arquivo da Biblioteca Nacional, do Arquivo Histórico do Itamaraty e do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro e ainda do Arquivo Público Mineiro e do Arquivo Público da Bahia, do qual resultaram cerca de 600 rolos de microfilmes. Encontram-se todos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e está-se precisamente a procurar um financiamento para a sua digitalização e disponibilização on-line.

central portuguesa, estabelecendo uma comparação entre as instituições existentes até as vésperas da 1ª invasão francesa e as continuidades e alterações administrativas e institucionais, ocorridas com a vinda da Corte para o Brasil. A historiografia afirma que D. João transplantou para o Brasil o Estado português, com suas velhas e ultrapassadas estruturas. Qual a sua opinião sobre esse assunto?

Ana Cannas: A transferência da Corte e Capital de Portugal e dos espaços e comunidades sob a sua administração (chamemo-lhes ou não império colonial ou colônias) de Lisboa para o Rio de Janeiro implicou a recriação de uma estrutura de Estado nesta capital brasileira. Os modelos administrativos e de funcionamento eram os de Lisboa e, também, os pré-existentes no Brasil, em particular no Rio de Janeiro. Sou reticente na adjetivação simplista deste processo porque em nada ajuda a aproximarmo-nos do que aconteceu. Sabemos que a Monarquia portuguesa não era então uma monarquia constitucional. Mas a ausência de Parlamento coexistia com traços de modernização da Administração Pública portuguesa de que eram exemplos organismos como o Real Erário e posteriormente a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda ou a atuação reformadora de um ministro como Rodrigo de Sousa Coutinho nesta e noutras áreas de governação e que, aliás, se estendeu ao Brasil a partir de 1808. Se bem que a reorganização do Estado português desde o Rio de Janeiro se verificasse por uma razão de salvaguarda estratégica da soberania, ela teve como consequência dotar aquela capital de instituições e de uma experiência de governação centrais distintas que ganharam ainda maior significado com a elevação de Brasil a Reino e com o prolongamento da estadia do Príncipe Regente aí aclamado rei D. João VI. Organismos tão diversos como as secretarias de Estado, o Conselho de Estado, os tribunais supremos, a Junta do Comércio, a Intendência da Polícia, arquivos, bibliotecas, Jardim Botânico, Academia Militar, o Exército revigorado com tropas experimentadas na Guerra Peninsular ou as escolas médico-cirúrgicas, mesmo que reproduzindo formas de funcionamento tradicionais e absorvendo funcionários acompanhando a Corte, até pelo fato de se enraizarem na colônia, geraram uma dinâmica nova que acabou por se tornar irreversível. A insatisfação de residentes do Rio de Janeiro com o regime de aposentadoria que obrigou muitos moradores a cederem as suas casas para o funcionamento da administração transferida ou o desconforto de outras cidades brasileiras em relação ao florescimento carioca, acentuado pela coleta de impostos, são fenómenos paralelos, mas não simples sinónimos de transplante de velhas e ultrapassadas estruturas. Medidas de reorganização financeira como as amadurecidas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, embora não fosse essa a sua pasta no Brasil, e sim a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional, a tentativa de estabelecimento do Banco do Brasil ou de criação de uma Aula de

Economia Política na Bahia, associada a João da Silva Lisboa, mesmo quando descontinuadas, traduzem a energia reformista no quadro do Antigo Regime. Se é certo que essa energia se diluiu durante a longa permanência da Corte e Capital, a experiência de funcionamento de um governo e de uma administração soberanas no Rio de Janeiro, ou a determinação em consolidar largos espaços territoriais contribuiu, mesmo que involuntariamente, para um sentido de autonomia que circunstâncias posteriores transformaram em independência.

Lúcia Bastos: D. João foi um soberano entre dois continentes, propiciando que a documentação relativa à sua trajetória e administração encontre-se espalhada entre os dois lados do Atlântico. Os livros de Ângelo Pereira a respeito de D. João VI, publicados entre os anos 40 e 50 do século passado, estão repletos de transcrição de fontes que pertenciam à coleção do autor. O que foi feito dessa documentação? Parte dela pode encontrar-se no gabinete de D. João VI, localizado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro? Há documentos na Torre do Tombo? Ou essa preciosa coleção ficou nas mãos de pessoas privadas?

Ana Cannas: A documentação citada e transcrita e referenciada como coleção de Autor por Ângelo Pereira é um exemplo paradigmático da dispersão e da trajetória acidentada que os arquivos podem tomar, umas vezes quase aleatoriamente, outras refletindo circunstâncias históricas precisas. A maioria, senão a totalidade dessa documentação, fez parte do Real Gabinete de D. João VI, uma espécie de arquivo corrente ou intermediário que funcionou fisicamente perto do monarca, de forma móvel, inclusive no Rio de Janeiro. A documentação era congregada neste Gabinete por razões de proximidade do despacho e/ou de reserva da informação nela contida, caso de pareceres de conselheiros, por exemplo, sobre a abertura dos portos e o sistema de governação no Brasil ou sobre o casamento dos infantes, correspondência diplomática mais delicada, documentação relativa às finanças ou à Guerra Peninsular, como a apreendida às tropas napoleônicas em Portugal ou ainda uma autorização régia de saída do Brasil de D. Carlota Joaquina (não concretizada). A documentação terá passado para as mãos de Francisco de Almeida Portugal, Conde do Lavradio (1797-1870) por via da Infanta D. Isabel Maria, filha de D. João VI, e que lhe sucedeu como regente em março de 1826, para que o mesmo Conde, seu ministro, publicasse um estudo sobre o rei. Lavradio tinha uma das melhores coleções de manuscritos antigos e aquela documentação do Real Gabinete ficou na posse da família até ao 6º Marquês de Lavradio, D. José Maria Espírito Santo de Almeida Correia de Sá Portugal (1874-1945). Colocada à venda por mais de uma vez, foi-o em 1947 junto do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e parte acabou por ser comprada pelo industrial e estudioso brasileiro Marcos Carneiro de Mendonça, que

a conservou no seu Arquivo do Cosme Velho no Rio de Janeiro. Em 1995, a Academia Brasileira de Letras, que entretanto recebera esta documentação, doou-a ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Ângelo Pereira (1886-1975), pesquisador, funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, colecionador, intermediário de alfarrabistas e membro do Instituto de Coimbra (extinto em 1982 e cujo acervo se encontra na Biblioteca Geral de Coimbra e irá ser catalogado), terá comprado outra parte deste arquivo na década de 40 e é por isso que há a referência como Coleção do Autor nas suas publicações sobre D. João VI. Desconhecemos quem atualmente detém esta parte do Gabinete de D. João VI. No entanto, parece-nos que alguns dos pareceres de conselheiros de Estado do fundo de arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo provêm do Gabinete e estiveram em posse de Ângelo Pereira. Além disso, e aparentemente sem nunca terem chegado a sair do Brasil, outros documentos que integraram o Gabinete de D. João VI, no Rio de Janeiro, relativos aos Negócios Estrangeiros, encontram-se na Coleção Negócios de Portugal no Arquivo Nacional do Brasil.

Guilherme Neves: A historiografia continua construindo perfis contraditórios a respeito de D. João: soberano clemente, justo, astuto e administrador incansável; ou absolutista covarde, indeciso, fraco, que abandonou seus súditos e seu reino. Conforme as condições dos tempos e os interesses dos historiadores, as imagens se modificam. No entanto, muito mais difícil continua, e acredito que continuará a ser, por falta de elementos, adivinhar – como acontece com qualquer um de nós, no passado ou no presente – o indivíduo que se escondia por trás dessas projeções. Como você vê a questão?

Ana Cannas: Acentuaria precisamente a dificuldade em recortar a pessoa que existiu por trás do homem de poder, neste caso um monarca de referências absolutistas, mas que no regresso do Brasil em 1821 e na fase final da vida se adaptou às circunstâncias de uma monarquia constitucional moderada. A muita documentação que despachou, pela sua natureza oficial, nem sempre permite aproximarmo-nos do indivíduo. O que se sabe da infância e juventude é escasso e interpretado frequentemente em função do irmão, D. José, príncipe herdeiro, cuja morte o colocou na linha direta de sucessão. Do estudo que fiz centrado na temática da governação e arquivos neste período e de algumas comunicações e leituras posteriores, fiquei com a idéia de um governante lúcido, informado, que acompanhava de perto os negócios governativos, que privilegiava a coesão nacional e a negociação em detrimento da ruptura, sem deixar de tomar a decisão necessária. Assim aconteceu no quadro de conflito internacional e perante a ausência de garantia de capacidade de resistir militarmente conducente à transferência da Corte e Capital para o Rio de Janeiro, na solução política do golpe absolutista da Vila Francada com o exílio do filho D. Miguel e o afastamento

da rainha D. Carlota, ou mesmo durante o processo que acabou na independência do Brasil, apesar de esta ter sido sentida pessoalmente. Homem e governante talvez sensível à lisonja, numa Corte onde a intriga terá perturbado o debate de opiniões e idéias, D. João VI teve ministros reformadores como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ou, mais tarde, o Conde de Palmela, e, de continuidade, como D. Tomás Antônio de Vilanova Portugal, que acumulou várias pastas no Brasil. Valeria a pena, porventura, efetuar uma investigação que explorasse do ponto de vista da personalidade individual a correspondência de D. João com a família, incluindo D. Carlota Joaquina, parte da qual publicada⁴, e com os secretários particulares e homens da sua confiança, como os irmãos Lobato, José Egídio ou Tomás Antônio de Vilanova Portugal, incluindo, neste último caso, as cartas de gabinete e bilhetes trocados no âmbito do acompanhamento do despacho governativo, muitos dos quais se encontram na Coleção Negócios de Portugal. Ou reunir ainda mais informação de quem privou com ele, sistematizá-la, contextualizá-la⁵ e cruzá-la, uma vez que a própria correspondência privada tem os seus silêncios e era, por vezes, lida em voz alta em pequenos círculos. Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, na recente biografia de D. João VI, elencam algumas das impressões de contemporâneos e apresentam as principais construções historiográficas portuguesas e brasileiras sobre o rei⁶. Por um lado, a imagem mais desfavorável oriunda de uma análise ditada pela reação liberal e depois republicana em Portugal ao último rei absoluto e à Casa de Bragança. Por outro, uma visão que privilegiava as condições difíceis de governação e o legado no Brasil para explicar atitudes dilatórias e realçar a argúcia e inteligência do monarca, apresentada pelo brasileiro Oliveira Lima no seu estudo clássico do início do séc. XX⁷ e seguida por alguns outros historiadores brasileiros. Pedreira e Dores Costa apontam o estudo de Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império*⁸, como via equilibrada de “interpretação crítica e discernimento do que foi a atuação própria do príncipe”. Mas será o desenvolvimento de estudos específicos sobre as imagens, sensibilidades e interpretações historiográficas acerca de D. João VI, como os apresentados por Lúcia Bastos P. das Neves, Lúcia Guimarães ou Ismênia Martins⁹, que nos permitirá percebermos melhor quem era este rei.

4 V. recentemente, por exemplo, Francisca L. Nogueira de Azevedo, *Carlota Joaquina: cartas inéditas*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2007. No quadro, à época habitual, de um casamento de Estado, estabeleceu-se um relacionamento pessoal no casal régio, cuja variabilidade é possível, apesar de tudo, vislumbrar também nesta correspondência, nomeadamente na forma de tratamento de D. João em relação a Carlota Joaquina.

5 Caso das referências a D. João feitas por William Beresford (Marechal e reorganizador do Exército português) a Arthur Wellesley, duque de Wellington (estratego vitorioso da Guerra Peninsular): o rei era sincero e não demonstrava timidez nem irresolução, mas era sensível à popularidade e ao elogio. Citadas por Malyn Newitt na Conferência “Lord Beresford and D. João VI: a “marriage of convenience” no Seminário Internacional Memórias Lusófonas: A saída da Corte para o Brasil, Instituto de Investigação Científica Tropical, 8-10 de outubro de 2007, cujas atas se prevêem publicar neste ano.

6 D. João VI. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2006, pp.19-28.

7 D. João no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

Guilherme Neves: Você é a atual Diretora do AHU, que guarda uma parte considerável da documentação sobre o período colonial brasileiro e que já foi objeto, há pouco, do Projeto Resgate. Seria possível comentar esta iniciativa e outras, que estejam em andamento para a divulgação desse acervo?

Ana Cannas: O Projeto Resgate foi uma iniciativa imensa do Ministério da Cultura do Brasil, coordenada pelo Embaixador Wladimir Murtinho e pela Doutora Esther Caldas Bertolotti (a alma constante do projeto) que, em Portugal e concretamente no AHU, levou à catalogação, microfilmagem e posterior digitalização em CDs de mais de 300.000 documentos avulsos e livros de registo relativos à administração portuguesa do Brasil desde meados do séc. XVII até à independência. A documentação é proveniente, no essencial, dos arquivos do Conselho Ultramarino, criado em 1642, e da Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, criada em 1736 (juntamente com outras duas secretarias de Estado) e que, por razões várias, se misturaram. Formam hoje, no AHU, o fundo de arquivo designado Conselho Ultramarino. O projeto envolveu mais ministérios brasileiros e entidades financiadoras públicas e privadas, algumas de Portugal, outras que variaram consoante o estado brasileiro a que a documentação dizia respeito. A equipe congregou mais de 120 pesquisadores e arquivistas brasileiros e portugueses, incluindo os do AHU. Projeto de grande fôlego, em termos de recursos humanos e financeiros, além de contribuir para a preservação da documentação original, uma vez que só em casos de difícil legibilidade ou estudo de natureza diplomática é permitido consultar o original, facilitou extraordinariamente a comunicação da informação neles contida. Catálogos impressos relativos à documentação avulsa de cada uma das capitanias e assim organizada foram publicados. Além disso, os CDs não comercializáveis foram distribuídos por entidades nacionais, como a Fundação Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional ou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e por arquivos e bibliotecas de universidades dos vários estados ou, em Portugal, pelo AHU e pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (além da extinta Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses). A consequência natural foi o crescimento, no próprio Brasil, dos estudos sobre o período colonial com impacto na historiografia luso-brasileira e no conhecimento mútuo de ambos os países, o que gerou maior procura. A disponibilização on-line, em primeiro lugar, da catalogação destes documentos constitui uma fase que, sendo imprevisível no início do projeto, tornou-se uma necessidade. Foi, aliás, um dos pontos abordados na VIII reunião da COLUSO em Lisboa, no AHU, em outubro de 2007, tendo ficado acordada a

8 *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*, Porto: Afrontamento, 1993.

9 Lúcia Maria Bastos P. das Neves, "D. João Príncipe e Rei: imagens e sensibilidades dos contemporâneos", Lucia Maria Paschoal Guimarães "A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e linhagens historiográficas" e Ismênia Martins "D. João VI - a construção da imagem do rei: matrizes historiográficas e seus desdobramentos" (esta última incidindo sobre a representação iconográfica do acervo da BN do Brasil). Comunicações apresentadas no "Congresso Internacional 1808: A Corte no Brasil", Universidade Federal Fluminense, 9-14 março

necessidade de uma proposta de protocolo que configurasse a possibilidade e os termos dessa disponibilização no Brasil, nomeadamente através da Fundação Biblioteca Nacional. Paralelamente, no AHU começa-se agora a avançar, no quadro do projeto do Arquivo Científico Tropical, transversal ao IICT, no estudo preparatório da colocação on-line desses instrumentos de pesquisa. Essa é a prioridade. Subsidiariamente, deve-se acrescentar que, também no âmbito do Projeto Resgate, foi iniciado um útil trabalho de indexação comum das descrições das várias séries. Além disso, e na continuidade do projeto, uma pequena equipe, sob coordenação da Doutora Esther Bertoletti, mantém-se no AHU descrevendo documentação avulsa da série “Reino” do mesmo fundo do Conselho Ultramarino, parte da qual se relaciona diretamente com o Brasil. Adotou-se uma metodologia de tratamento adequada à situação concreta desta documentação, que consistiu em conservá-la fisicamente no mesmo agregado documental, excetuando os casos de proveniência arquivística comprovadamente diferente, e em descrever documento a documento apenas quando a distinção se torna absolutamente necessária.

Guilherme Neves: Ao comemorarem-se os 200 anos da vinda da Corte para o Brasil, muito se tem publicado e discutido. No Brasil, para alguns, pretende-se reabilitar a imagem de D. João; para outros, como o brilhante historiador Evaldo Cabral de Mello, trata-se, sobretudo, de um movimento da historiografia saquarema (do Rio de Janeiro), uma vez que as demais províncias do Brasil não sentiram o mesmo impacto que a nova capital do império luso-brasileiro; por fim, outros procuram traçar uma trajetória de D. João a partir de um contexto, aliás, bastante complexo, concebido como um campo de forças e de tensão entre idéias novas e conservadoras. Como você analisa essas comemorações na historiografia portuguesa?

10 José Luís Cardoso “Economia aberta ou economia fechada? A falsa opção entre livre cambismo e proteccionismo” in *História do pensamento económico português: temas e problemas*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 85

Ana Cannas: Inicialmente, as comemorações em Portugal dos 200 anos da ida da Corte para o Rio de Janeiro, incluindo a historiografia, foram discretas. Percebe-se em parte por quê. Além das marcas ideológicas e das análises apriorísticas, em regra negativas, na abordagem da figura de D. João e das últimas décadas do governo absolutista, este foi um período difícil na História de Portugal. Se no final do séc. XVIII Portugal vivia uma era de prosperidade comercial¹⁰, com a suspensão da convertibilidade do real, em 1797 verificam-se uma instabilidade financeira e sucessivas desvalorizações cambiais. Paralelamente, o conflito franco-britânico adensa-se e Portugal, para salvaguardar a sua soberania, transfere a Corte e Capital para o Rio de Janeiro, opção atlântica essencial baseada na aliança com a Inglaterra, mas rompendo a desejável política de neutralidade. A indispensável defesa de Portugal

11 2ª ed. rev. e il.: *História diplomática de Portugal: constantes e linhas de força: estudo de geopolítica*, [Lisboa]: Tribuna e Instituto da Defesa Nacional, 2006, vol. 1.

contra o invasor napoleônico e a participação na Guerra Peninsular até 1814 não se traduziram em suficientes ganhos políticos internacionais no Congresso de Viena, em parte porque se verificou na diplomacia portuguesa, exercida à distância, uma dualidade americana e européia. Além disso, o tecido econômico português, fragilizado, não conseguiu ultrapassar as contrapartidas do auxílio inglês que se tornaram pesadas, nem a via reformadora ilustrada protagonizada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho sedimentou-se. A guerra civil que, após a morte de D. João VI em 1826, se seguiu à Revolução de Liberal de 1820, bem como a própria independência do Brasil em 1822 foram, por vezes implicitamente, associadas negativamente à estratégica decisão de D. João e dos seus ministros de transferência da Corte e Capital para o Brasil. Já anteriormente, por exemplo com a análise de Jorge Borges de Macedo na sua *História Diplomática de Portugal*¹¹, e mais proximamente em 2006 e sobretudo entre 2007 e o presente, a historiografia portuguesa, menos condicionada por visões preconcebidas, tem revisitado o tema, para além dos aspectos mais relacionados com a Guerra Peninsular e a Revolução de 1820. Sucedem-se estudos e artigos e alguma publicação de fontes, bem como encontros científicos e exposições relacionadas, propiciando novas leituras¹².

¹² As referências a seguir são apenas ilustrativas. Anteriormente à referida biografia de D. João VI de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, André Mansuy-Diniz Silva publicou a biografia essencial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comte de Linhares: 1755-1812*, 2 vol., Lisboa; Paris: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2003-2006. V. igualmente os estudos de Antônio Telo, Mendo Castro Henriques e Manuel Amaral (além de outros, não portugueses) em *A transferência da Capital e da Corte para o Brasil, 1807-1808*, Lisboa: Tribuna da História, 2007; Antônio Alves Caetano *A economia portuguesa no tempo de Napoleão: constantes e linhas de força*, Lisboa: Tribuna da História, 2008; o dossiê "A Corte Portuguesa no Brasil" na revista *Ler História*, 54 (2008) com apresentação de Miriam Halpern Pereira e artigos de José Luís Cardoso, Fernando Dores Costa, Ana Cannas (além da contribuição luso-brasileira de Maria Beatriz Nizza da Silva e Lúcia Bastos P. das Neves). Registrar igualmente as comunicações e conferências apresentadas em "Jornadas européias do património 2007: Bicenténario das Invasões Francesas e da Construção das Linhas de Torres. Ciclo de Conferências: Repensar as Invasões Francesas" Cascais, CMC e CMO, 28-29 setembro 2007; "Seminário Internacional Memórias Lusófonas: A partida da Corte para o Brasil", Lisboa, IICT, 8-10 outubro 2007; "Colóquio Internacional e Interdisciplinar: No Cais do Império, o Reino na Ausência da Corte", Lisboa, FL da UL, 3-4 dezembro 2007; "Congresso Internacional Comemorativo da Guerra Peninsular" Lisboa, FCG org. APH, CEAP, SHI e CH da UL, 7-9 novembro 2007; "I Jornadas Memorativas da Partida da Família Real para o Brasil, 1807-2007" Lisboa, org. ACL, APH, AM, SGL e CHM, 26-30 novembro 2007; "Congresso Internacional 1808: A Corte no Brasil", UFF, 9-14 março 2008" onde participaram os portugueses José Luís Cardoso, Nuno Monteiro, André Mansuy-Diniz Silva e, do IICT, Ana Cannas, Ângela Domingues e Luís Frederico Antunes; *Colloque Internationale: le bicentenaire de l'arrivée de la famille royale au Brésil*, Paris, FCG-CCG, 26-28 maio 2008. A referir, ainda, as comunicações previstas para o "Colóquio Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica", Lisboa, ICS, 4-6 dezembro 2008. De fontes publicadas recentemente mencionam-se, por exemplo, a muito utilizada correspondência de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, *Cartas do Rio de Janeiro. 1811-1821*, Lisboa: BNP, 2008 ou, para a compreensão do quadro político interno do governo do Príncipe Regente antes da transferência, da autoria do Marquês de Alorna, e com apresentação de José Norton, *Memórias Políticas*, Lisboa: Tribuna da História, 2008.

Isabel Lustosa: Hipólito da Costa criticou duramente a implantação no Brasil das velhas instituições portuguesas: Desembargo do Paço, o Conselho da Fazenda, a Junta do Comércio etc., quando o que o novo país precisava era de um conselho de minas, uma inspeção para a abertura de estradas, uma redação de mapas, um exame de navegação dos rios... Mas, diz o jornalista, nada disso se arranja porque essas coisas não aparecem nos almanaques de Lisboa. Em que consistiam esses almanaques de Lisboa de que fala Hipólito da Costa? Qual era a eficácia administrativa dessas velhas instituições portuguesas e como foi feita, na prática, sua adaptação à nova realidade?

¹³ Publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

¹⁴ Reedição em fac-símile, 2002-2003, da responsabilidade precisamente de Isabel Lustosa e Alberto Dines.

¹⁵ Expressão de Andrée Mansuy-Dinis Silva, *Portrait d'un homme d'État...*, vol. II, p. 122

Ana Cannas: Começarei por me referir aos almanaques de Lisboa e a Hipólito José da Costa. Os almanaques eram publicações, em princípio anuais, que elencavam os nomes e moradas dos responsáveis e funcionários dos diversos organismos da administração, escolas e colégios, as principais instituições eclesiásticas e instituições culturais e científicas, bem como o Corpo Diplomático. Integravam, também, breves notas históricas (“Notícias cronológicas”), calendário dos dias de gala na Corte e de funcionamento dos serviços, notícias sobre a Casa Real e a lista das casas (nobres) titulares. O Almanaque de Lisboa de 1814, por exemplo, autodefinia-se como o “Mapa civil e literário destes Reinos”. No Rio de Janeiro, com a transferência da Corte e da Capital e com a criação da Imprensa Régia, também se publicaram almanaques relativos às instituições novamente estabelecidas e em funcionamento naquela cidade à imagem e semelhança dos almanaques de Lisboa e que se sabe terem sido solicitados e transportados para o Brasil. Conhecem-se os exemplares de 1811, 1816 e 1817¹³ e, para a Bahia, o de 1812. Hipólito José da Costa, por sua vez, era um jornalista e editor do *Correio Braziliense*¹⁴, periódico mensal publicado em Londres e crítico de várias medidas tomadas pelo governo de D. João na sua permanência no Rio de Janeiro. Natural do Brasil (Sacramento), embora sem nunca ter aí vivido, Hipólito José da Costa terá sido um homem “da constelação brasileira” do ilustrado D. Rodrigo de Sousa Coutinho¹⁵ que lhe transmitiu o gosto pelas questões econômicas e que, entre o final do séc. XVII e o início do XIX, o enviou em missões técnico-científicas aos Estados Unidos da América, à França e à Inglaterra. Preso em Lisboa pela Inquisição, por maçonaria, quando liberto conseguiu ir rumo a Londres, de onde nunca mais regressou. Politicamente moderado e defensor de uma monarquia constitucional, é aí que edita o *Correio Braziliense*, aliás com alguns financiamentos do governo português. A afirmação irônica, por parte de um espírito ilustrado e reformista como era o seu, de que D. João transferira para o Brasil o *Almanaque de Lisboa*, pretendia obviamente minimizar, caricaturando, o processo de recriação do governo e da administração

e de várias instituições de conhecimento. Mas seria redutor não reconhecer, desde logo, que o aparelho institucional instalado no Rio, inclusive nos seus limites, lançou as bases da experiência de governação do Estado, qualitativamente diferentes da vivenciada pela colônia até 1808. Mesmo considerando que nem todos os “brasis” e todas as suas “nações” beneficiaram-se dessa estrutura da mesma maneira que o Rio de Janeiro. Além disso, vários dos organismos estabelecidos foram particularmente significativos à época para o Brasil, nas áreas referidas pelo jornalista, como o Arquivo Militar, criado sob iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para reunir não só os mapas e planos, como os projetos de campanhas e a correspondência relacionada com explorações topográficas, essenciais para a consolidação de fronteiras e a integridade do Brasil. O diretor do Arquivo era um engenheiro que daria pareceres sobre os projetos de estradas e navegação de rios, canais e portos com finalidade não só militar, mas de desenvolvimento do comércio interno. No que diz respeito à eficácia administrativa de muitas das instituições, ela foi relativa, refletindo algum centralismo excessivo no processo de despacho e decisão administrativos. É um fato observado durante a ocupação napoleônica de Junot, durante a presença do aliado britânico em Portugal, e pelos próprios portugueses. Os serviços acumulavam requerimentos repetidos, em parte devido ao tempo que demoravam até serem despachados, em parte na dúvida de que a entidade destinatária fosse aquela e por desconhecimento do circuito administrativo. Este desconhecimento ter-se-á acentuado em alguns domínios da administração, com a deslocação do governo para o Rio de Janeiro, nomeadamente quanto aos assuntos que envolvessem súditos no Reino (Portugal), onde funcionou uma regência de composição, funções e poderes variáveis durante e após a Guerra Peninsular. Além disso, o próprio sistema de retribuição dos funcionários favorecia a proliferação de documentos, uma vez que parte dos ordenados provinha dos emolumentos pagos pelo número e tipo de atos administrativos que efetuavam. A escassa alfabetização e a distância em relação ao poder central favoreciam a multiplicação de procuradores (representantes dos requerentes), muitos dos quais serviam na administração. Os empenhos pessoais eram constantes e, apesar de repetida legislação no sentido de os requerimentos serem datados, a fim de melhor se controlar os circuitos documentais e de despacho, raros eram os que a cumpriam. Reconhecia-se igualmente a dificuldade de controle administrativo na área financeira, tanto na coleta de impostos como na gestão da receita, apesar da modernidade de organismos como o Erário Régio. Pelo menos em alguns casos, a maior ou menor eficácia administrativa, mais do que ser devida a “velhas instituições”, era-o em relação ao próprio estágio de desenvolvimento, conhecimento e organização social.

Isabel Lustosa: Haverá, porventura, quem diga que os resultados obtidos não terão sido aqueles com que contava D. João VI. Afinal, se o rei pretendia garantir a indissolubilidade do Império luso, acabou associado à criação das estruturas e ao florescer das convicções patrióticas que estariam na origem do nascimento de um outro Império, brasileiro, independente e soberano. Se queria preservar a sua visão do poder monárquico, acabou protagonista central dos alvares da monarquia constitucional. Uma longa tradição no pensamento social brasileiro associa o atraso do país ao fato de ter herdado o sistema administrativo caótico do colonizador e também a confusa relação entre o público e o privado que teria persistido até os nossos dias. Baseada em suas pesquisas você acha que essa linha de pensamento tem razão de ser? O sistema administrativo da Coroa Portuguesa era então muito diferente do que se usava nos demais países? Mesmo Oliveira Lima, incontestável admirador de D. João VI, diz que sua época “estava, contudo, destinada a ser na história brasileira, pelo que diz respeito à administração, uma era de muita corrupção e peculato”. De que maneira a análise da documentação com que você trabalhou ajuda a entender essa conclusão de Oliveira Lima? Pode-se atribuir ao sistema absolutista, com a falta de liberdade de imprensa e de controle sobre os órgãos governativos, essa situação? Como explicar que homens como Targini e Azevedo, popularmente tidos como corruptos, continuassem em seus postos?

Ana Cannas: Embora compreensível no seu contexto inicial, parece simplista uma linha de pensamento que se limite a associar o atraso do país à herança administrativa colonial e à relação ambígua entre público e privado. É verdade que as esferas do público e do privado nem sempre se distinguiam claramente na sociedade portuguesa da Monarquia absoluta. Apesar da complexificação das funções que o Estado português crescentemente assumira ainda no séc. XVIII, o processo de profissionalização da administração, através de mecanismos mais universais de seleção, como concursos, era ainda incipiente se comparado, por exemplo, com a Inglaterra. Mas não eram diferentes as sociedades? No que diz respeito à corrupção que versos da época popularizaram relativamente a Targini, tesoureiro principal do Erário Régio, e a Joaquim José de Azevedo, tesoureiro da Casa de Bragança, sem podermos concluir se foi menor ou maior do que em outros momentos da História do Brasil ou da História de Portugal, ou de outros países, como explicá-la? Voltamos à fragilidade dos mecanismos de controle das finanças públicas e recordamos a intervenção nesse sentido de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1811, extravasando o âmbito das funções exercidas à frente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, pelo conhecimento que tinha e pela aguda consciência dos efeitos nefastos da ausência de informação adequada neste domínio. Eram, aliás, conhecidos os seus desentendimentos com Targini por estas razões. Os fenômenos de corrupção não são exclusivos

de um sistema político, nem a Monarquia absoluta era um sistema fechado, como se percebe através das formas que vários processos de decisão política foram conhecendo na regência e no reinado de D. João VI. Mesmo nas condições restritivas de debate político neste período, circularam panfletos e periódicos¹⁶ indiciadores da formação de uma opinião pública urbana, tanto em Portugal como no Brasil, ainda que insuficiente. A manutenção de corruptos no poder, como Targini, ligar-se-á a redes de relacionamento, cuja análise mais concreta teria de ser feita¹⁷.

16 Estudados, por exemplo, por José Tengarrinha, Ana Leal de Faria (relativamente à Inquisição) Beatriz Nizza da Silva e Isabel Lustosa ou recentemente por Juliana Meirelles.

17 Sobre a corrupção política no quadro do Império português, embora num quadro temporal e geográfico diferente, V. George Davisn Winius, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*. Lisboa: Antígona, 1994.